

COPASA CAMINHA PARA NOVO E GIGANTESCO PASSIVO TRABALHISTA COM DEMISSÕES IRREGULARES

O exemplo histórico da CP-14, que obrigou a Copasa a provisionar R\$ 360 milhões para pagar passivos de indenizações, não foi suficiente para que a direção da empresa não enveredasse novamente por demissões coletivas irregulares.

Em reunião recente entre diretores do SINDÁGUA e o presidente da Copasa, Guilherme Faria, acompanhado do seu jurídico e da superintendência de RH, a empresa deixou claro que continuará a fazer as demissões, apesar de o Sindicato ter afirmado que já está acionando a Justiça, podendo ser repetida a condenação patronal, como aconteceu na CP-14.

O presidente da Copasa apresentou razões, que consideramos insustentáveis, para as demissões em um "Comunicado de Resolução de Diretoria" (CRD), onde explicita dois argumentos: a) baixa avaliação de desempenho, abaixo de 70% e; b) trabalhadores com remuneração "elevada" (superior ao patamar de superintendente de serviço), arrolando aí aposentados que já têm renda garantida.

O presidente alega ainda "a necessidade de reestruturação do quadro de pessoal e dos custos com a folha de pagamento", como forma de "a Copasa se adequar ao novo Marco do Saneamento, mantendo sua sobrevivência no mercado extremamente competitivo".

É, no mínimo, um escrache falar de demissões de altos salários, para uma diretoria que recebe cerca de R\$ 90 mil de remuneração a cada mês e absurdo valor de bônus calculado em cerca de R\$ 800 mil por ano, além de arrancar da PL linear dos trabalhadores fatias para aumentar exponencialmente o que é recebido pela "parte alta" da empresa, em valores girando pelos R\$ 100 mil. Lembramos que estão demitindo irregularmente profissionais de carreira, com longos anos de experiência e que evoluíram dentro de regras de Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS), e não os



contratados que caíram de paraquedas na Copasa através de recrutamento amplo, com remunerações que ultrapassam as raias do escândalo.

A avaliação de desempenho é outra grande piada. O altíssimo índice esperado de 70% de performance é protegido no próprio PCCS, que prevê treinamento de trabalhadores para aumentar a performance. No PCCS, em nenhum momento fala-se em demitir, mas em treinar, requalificar, evoluir na carreira.

Na fala do presidente Guilherme e na CRD, fica a indicação de demissões "considerando-se outros elementos

comprobatórios que demonstrem desempenho insatisfatório", ou seja, avaliações subjetivas de chefias, que podem cortar cabeças de trabalhadores por perseguições ou mesmo por antipatia pessoal.

É inadmissível um presidente que fatura uma fábula de remunerações, de bônus, e uma superintendente "de pessoal" insensível aos princípios humanos, que não se envergonham das condições que gozam na empresa como faraós protegidos pelo governador privatista, saqueando os recursos da empresa com dividendos muito mais que generosos para acionistas, falando em demissões de trabalhadores de "chão de fábrica" com argumentos de salários altos, além de eliminar capacidade técnica na empresa para continuar explodindo a terceirização.

As indicações de que as demissões continuarão a ser praticadas exigem dos trabalhadores total apoio ao movimento forte e de unidade da categoria para defendermos coletivamente os empregos.

A reunião do Sindicato com a Copasa foi acompanhada pelo superintendente Regional do TRABALHO E EMPREGO, Carlos Calazans.

Vamos dar uma resposta vigorosa no próximo dia 8 de maio, em apoio à paralisação de todos os trabalhadores em estatais e funcionalismo, contra o desmanche das empresas e do Estado provocado pela política "autofagista" de Zema.

VAMOS ENGROSSAR NOSSA LUTA PELOS EMPREGOS E DIREITOS JUSTOS CONQUISTADOS!

Acompanhe mais informações em nosso site www.sindagua.com.br ou pelas redes sociais: